

Apresentação

Este dossiê da Revista NERA está dedicada a Moçambique com ênfase aos diversos elementos da atualidade da questão agrária. Este número da Revista é um dos resultados da relação dos pesquisadores do NERA com os pesquisadores de Moçambique, que começou em 2013 e resultou em uma série de viagens para o desenvolvimento de diversas atividades: projetos de pesquisa, conferências, cursos, pesquisas de campo, dissertações e teses, frutos da mobilidade de estudantes e de professores do Brasil e de Moçambique. Além da Unesp, esta relação envolveu colegas de outras universidades, possibilitando a formação de uma rede de pesquisadores brasileiros e moçambicanos que rapidamente se ampliou com a participação de outras pesquisadoras e pesquisadores de outros continentes. As relações entre a Unesp com o Observatório do Meio Rural (OMR), com o Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane e com a União Nacional de Camponeses (UNAC) tem proporcionado o desenvolvimento de vários projetos de pesquisa e a perspectiva de ampliação desta relação através dos programas de pós-graduação em Geografia (PPGG) e em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL). Possibilidades para ampliar a mobilidade docente e discente para mestrado, doutorado e pós-doutorado entre nossos países estão abertas. Outro resultado desta relação é o ***Atlas Moçambique Rural*** que está em fase de conclusão. Este trabalho que envolve pesquisadores dos dois países em um profícuo debate sobre as nossas geografias. Há vários outros projetos em desenvolvimento sobre transformações agroecológicas, estrangeirização da terra, impactos socioterritoriais de projetos extrativistas para a produção de commodities agrícolas e minerais, que são excelente oportunidade para a organização de outro número especial da Revista NERA sobre Moçambique.

Este dossiê se inicia com o artigo intitulado “Economia política da governação: Política económica de controle, manutenção e reprodução de poder”, de autoria de Natacha Bruna e que tem como objetivo analisar as diferentes vertentes socioeconômicas com o foco na economia política adotada entre 2005 e 2015, ou seja, durante o governo do ex-presidente Armando Emílio Guebuza, do partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que apresentou como um dos pilares a captação de recursos externos através de uma diplomacia na manutenção de projetos de cooperação, no qual o Brasil também contribuiu, como evidenciam outros artigos deste dossiê. Bruna traz para o debate o crescimento econômico de Moçambique nas últimas décadas, as transformações e configurações de interesses econômicos da classe dominante, que tem como objetivo manter e reproduzir o controle do poder de Estado, reforçando a repressão, o medo social e a desigualdade.

No artigo “Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique”, Uacitissa António Mandamule aborda as percepções do Estado, comunidades locais setor

privado, investidores e sociedade civil, o que Mandamule intitula de *stakeholders*, sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique. No país a terra é propriedade do Estado, ou seja, não pode ser vendida ou hipotecada. Deste modo, a terra é concedida através do Direito do Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT), na qual as condições de uso e aproveitamento são determinadas pelo Estado e todos, desde pessoas físicas e jurídicas nacionais à estrangeiras, podem solicitar a DUAT. Mandamule argumenta que mesmo a terra não podendo ser vendida, a mesma é comprada, ou seja, há uma reprodução da propriedade privada da mesma no país mesmo que o Estado não reconheça. O autor destaca que há discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique que acompanham as estratégias de poder, interesses e ideologias dos diferentes agentes em um contexto de transformações sociais, políticas e econômicas intensas no país.

João Mosca, no seu artigo com o título “Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas”, insere ao debate os processos de transformação, integração e resistência do campesinato frente as políticas públicas que foram persistentes em secundarizar o meio rural e a agricultura e que hoje marginalizam a agricultura familiar no país. Mosca destaca que a agricultura familiar camponesa é responsável por mais de 90% da produção de alimentos de Moçambique, mas mesmo se configurando como importante para a segurança alimentar nacional, os camponeses não fazem parte da aliança política e de suporte econômico de poder, ou seja, os camponeses não são fontes de renda que beneficiam diretamente as elites locais, que são as que controlam e determinam as políticas públicas para o rural e agricultura em Moçambique. Por fim, Mosca argumenta que a não-priorização dos camponeses é resultante dos modelos de crescimento onde as alianças políticas e econômicas envolvem a cooperação e o capital externo, configurando o modelo agroextrativista.

No artigo “(In) segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas”, Máriam Abbas introduz a questão da segurança alimentar em Moçambique através da discussão do paradoxo do campo moçambicano como importante produtor de alimentos, mas, ao mesmo tempo, a insegurança alimentar apresenta elevados níveis, sobretudo nas áreas rurais, ressaltando os discursos políticos e contradições em torno da agricultura. Abbas propõe a análise da situação alimentar de Moçambique a partir dos quatro pilares da segurança alimentar: disponibilidade de alimentos, acesso a alimentos, utilização de alimentos e nutrição e estabilidade. Apesar do crescimento da produção agrícola de Moçambique, o país não é autossuficiente no que diz respeito a produção de produtos essenciais para a dieta alimentar do país, o que evidencia que a produção agrícola no país é de *commodities* para a exportação.

Sergio Elias Libombo, Vera Lucia Silveira Botta Ferrante, Henrique Carmona Duval e Helena Carvalho De Lorenzo no artigo intitulado “Associações agrícolas e desenvolvimento

local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Muhabo”, contribui para o debate com uma excelente análise da organização da Associação Livre de Muhabo, localizada no distrito de Boane, na província de Maputo. O objetivo dos autores é compreender como esta organização contribui para o desenvolvimento local, tema que tem se destacado nas agendas políticas de diferentes organismos nacionais e internacionais. Libombo, Ferrante, Duval e Lorenzo nos proporcionam uma análise em torno do associativismo como estratégia de promoção do desenvolvimento local, frente a marginalização da agricultura familiar camponesa no que diz respeito às políticas públicas rurais. No caso de Moçambique, em que 70% da população habitam a zona rural, estas organizações são importantes para a manutenção e reprodução da agricultura familiar camponesa.

O sexto artigo deste dossiê, com o título “O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio”, Lucas Anastácio Catsossa contribui para o debate proposto neste dossiê com a discussão da atual geopolítica da questão agrária. Em um contexto de corrida mundial por terras, denominado – sem consenso - de estrangeirização da terra ou land grabbing, Moçambique tornou-se um dos principais destinos dos investimentos em terras para a produção de commodities para a exportação, embora a propriedade da terra no país seja Estatal, como mostra o artigo de Uacitissa António Mandamule, também deste dossiê Catsossa utiliza o exemplo do Programa de Cooperação Tripartite para o Desenvolvimento da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA), cooperação triangular entre Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique (MASA), Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) e Agência Brasileira de Cooperação (ABC), para mostrar como a territorialização do capital promove a desterritorialização do campesinato e destruição da natureza, abordando o discurso de *desenvolvimento sustentável e inclusivo* proposto pelo ProSAVANA como um mito.

O artigo “Priests, technicians and traders? The discursive politics of Brazil’s agricultural cooperation in Mozambique”, de autoria de Lidia Cabral, enfoca na cooperação internacional entre Brasil e Moçambique a partir do ProSAVANA e do Programa Mais Alimentos Internacional. Cabral faz nos apresenta um excelente panorama da inserção do Brasil no âmbito da cooperação internacional, sobretudo cooperação Sul-Sul a partir do discursos de *ajuda, assistência e solidariedade* promovido pelo governo brasileiro. Ao abordar o ProSAVANA e do Programa Mais Alimentos, Cabral destaca que ambos os programas têm sido interpretados como manifestação das contradições da agricultura brasileira, ou seja, agricultura familiar *versus* agronegócio, expresso no fato dos dois programas serem liderados por diferentes instituições do setor agrícola no Brasil, o que mostra a disputa política entre agricultura familiar e agronegócio, isto evidencia que as políticas de cooperação internacional do Brasil estão inseridas no debate paradigmático.

Ainda no âmbito da cooperação internacional, o artigo intitulado “Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?”, de autoria de Isabela Nogueira, Ossi Ollinaho, Grasiela Baruco, Alexis Saludjian, José Paulo Guedes Pinto, Paulo Balanco, Eduardo Costa Pinto e Carlos Schonerwald, através de um referencial teórico sustentado pela Teoria da Dependência Marxista e da literatura recente acerca porosidade econômica, tem como objetivo analisar as características dos investimentos e da cooperação internacional do Brasil em Moçambique. Os autores argumentam que a expansão de investimentos e a dualidade desta cooperação, como expressada no artigo de Lidia Cabral, reforçam o padrão de crescimento poroso e dependente moçambicano. O exemplo deste padrão de crescimento e porosidade é o ProSAVANA, que oferece apoio institucional e tecnológico para a expansão de um modelo agroextrativista, marcado pela dependência.

O artigo com o título “A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique”, os autores Matheus Zanella e Carolina Milhorce de Castro discutem os desafios da cooperação entre Brasil e Moçambique para o desenvolvimento do campo moçambicano, enfatizando como as diferentes perspectivas de desenvolvimento refletem na política de cooperação econômica entre os dois países. Assim como outros artigos deste dossiê, Zanella e Castro destacam a posição dual do governo brasileiro na cooperação em Moçambique e ressaltam a necessidade de uma agenda de cooperação para o desenvolvimento rural mais inclusiva, sobretudo no âmbito da agricultura familiar, uma vez que a cooperação, na sua maior parte, atende os interesses políticos e econômicos de corporações e agricultores emergentes, com o objetivo de produzir *commodities* para a exportação.

Por fim, o artigo com o título “Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo”, de autoria de Elmer Agostinho Carlos de Matos e Rosa Maria Vieira Medeiros, insere no debate uma questão de elevada importância para compreender o campo moçambicano no século XXI: a mineração. Matos e Medeiros realizam uma análise integrada da Lei de Terras, da Lei de Minas e da Lei de Investimentos Estrangeiros e identificam dois períodos da exploração mineira no país: o primeiro, de 1975 a 1987, caracterizado por um papel muito forte do Estado; e o segundo, de 1987 até o período atual, marcado pelas políticas neoliberais e pela participação do capital estrangeiro. A Lei de Minas em vigência é de 2014 e reproduz as contradições e ambiguidades presentes nas primeiras legislações, o que permite a maior entrada do capital estrangeiro para o desenvolvimento desta atividade no país, gerando impactos que aprofundam e tornam mais complexos os problemas agrários no século XXI em Moçambique.

A publicação deste dossiê sobre os temas que permeiam a questão agrária, desenvolvimento territorial rural e cooperação Sul-Sul em Moçambique é urgente diante de

um contexto de expansão das relações capitalistas no campo, corrida mundial por terras, desterritorialização e criminalização do campesinato e intensificação da insegurança alimentar. Os artigos apresentados neste dossiê evidenciam as contradições da cooperação, sobretudo cooperação Sul-Sul, as relações de poder envolvidas, os impactos e resistências frente a expansão deste modelo de desenvolvimento imposto pelo capital.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Bernardo Mançano Fernandes e Lorena Izá Pereira

Setembro de 2017.